

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL P A R E C E R

Assunto: Projeto de Lei Ordinária nº 71/2025

Autor(a): Ver. Lucy Soares

Ementa: “Institui, no âmbito do Município de Teresina-PI, a política ‘CUIDAR DE QUEM CUIDA’ para atenção aos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência e/ou idoso dependentes, e define diretrizes para sua implementação”.

Relator (a): Ver. Venâncio Cardoso

Conclusão: Parecer contrário à tramitação, discussão e votação do presente projeto de lei

I – RELATÓRIO:

De autoria da ilustre Vereadora acima identificada, o presente projeto de lei possui a seguinte ementa: “Institui, no âmbito do Município de Teresina-PI, a política ‘CUIDAR DE QUEM CUIDA’ para atenção aos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência e/ou idoso dependentes, e define diretrizes para sua implementação”.

A justificativa escrita encontra-se em anexo.

É, em síntese, o relatório.

PAGE
MERGEFORM
AT 9

II - EXAME DE ADMISSIBILIDADE:

A par disso, não obstante se observe que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por sua autora, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT, bem como se verifique que a autora articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental, a referida proposta não merece prosperar pelos motivos a seguir.

Com efeito, é oportuno registrar que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina - RICMT- não coaduna com a tramitação simultânea de matérias repetidas, conforme inteligência que se extrai dos dispositivos seguintes:



Art. 161. Discussão é o debate de proposição figurante na ordem do dia realizado pelo Plenário, antes de se passar à deliberação sobre a mesma.

§ 2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:

- I - de qualquer projeto com o objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado na mesma sessão legislativa, executando-se, nesta hipótese, a aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;*
- II - da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;*
- III - de emenda ou subemenda idêntica à outra já aprovada ou rejeitada;*
- IV - de requerimento repetitivo. (grifei)*

A par disso, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, também preceitua o seguinte:

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

[...]

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei consubstanciada em lei básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. (Grifei)

PAGE
MERGEFORM
AT 9

Tendo em vista o dispositivo acima citado, cumpre registrar que, no âmbito municipal, já existe lei em vigor sobre a temática, consoante informações e documentos anexados pelo Departamento Legislativo, qual seja a Lei nº 5.892 de 08 de maio de 2023.

Com base na exposição acima, e analisando os autos, verifica-se que o projeto em testilha disciplina matéria já tratada em leis municipais.

Sendo assim, reputa-se prejudicada a tramitação da proposição.

III – ANÁLISE SOB OS PRISMAS CONSTITUCIONAL, LEGAL E REGIMENTAL:

Não obstante o projeto de lei em comento trate sobre matéria já disciplinada em leis municipais, ao pretender instituir diretrizes para implementação da política ‘CUIDAR DE QUEM CUIDA’ para atenção aos cuidadores exclusivos de pessoas com deficiência e/ou idoso dependentes, também versa sobre execução de atos materiais, qual seja: a concessão de



assistência financeira aos cuidadores exclusivos (art. 6º, V e art. 12); e acompanhamento permanente por equipe multidisciplinar de apoio psicossocial aos cuidadores (art. 7º, VIII). Além disso, também vincula referida política municipal à secretaria municipal que trata de assistência social.

Sendo assim, embora seja louvável a preocupação da insigne Vereadora, a proposição legislativa em comento não apresenta compatibilidade com a Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/88, consoante será explanado a seguir.

Na hipótese dos autos, o projeto em tela, ao conferir novas atribuições aos órgãos vinculados ao Poder Executivo, como a secretaria que trata de assistência social, dispõe sobre organização e funcionamento da administração municipal, bem como confere novas atribuições ao referido órgão, matérias que são da iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, incorrendo, por esse motivo, em inconstitucionalidade formal subjetiva.

Nesse sentido, tem-se o disposto no art. 102, incisos V e VI, da Constituição do Estado do Piauí, bem como no art. 51, inciso IV, e art. 71, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Teresina – LOM, respectivamente:

PAGE
MERGEFORM
AT 9

Art. 102. Compete privativamente ao Governador do Estado:

[...]

V- exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual; (grifo nosso)

VI – dispor sobre a organização, o funcionamento, a reforma e a modernização da administração estadual, na forma da lei; (grifo nosso)

Art. 51. São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

[...]

IV – criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta ou indireta; (grifo nosso)

Art. 71. Compete privativamente ao Prefeito:

[...]



V – *dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;* (grifo nosso)

Com efeito, ao versar o projeto sobre temática inserta à reserva da administração, representa flagrante ofensa ao princípio da separação dos poderes, haja vista ser de iniciativa exclusiva do Prefeito e não do Vereador atos normativos que disponham sobre a execução de atos materiais, uma vez que não pode o Legislativo, por iniciativa própria, aprovar leis que caracterizem ingerência na atividade tipicamente administrativa.

No que se refere ao instituto reserva da administração, o jurista Nuno Piçarra, em sua obra “A reserva de administração, O Direito, primeira parte, n. 1, jan./mar. 1990, p. 325-353”, afirma o seguinte:

Há duas espécies de reserva de administração: uma geral e outra específica. A primeira, associada à ideia de separação de poderes, pauta-se na vedação às invasões de um Poder no núcleo essencial das funções típicas de outro. Decorre da reserva geral a proibição voltada ao Legislativo e ao Judiciário para que esses Poderes, a pretexto de atuar no âmbito de suas funções típicas, não adentrem no campo da função administrativa, notadamente o mérito administrativo. Por sua vez, a reserva específica de administração configura-se quando o ordenamento jurídico – sobretudo, a Constituição – destacar determinada matéria da seara do Parlamento, atribuindo a competência para normatizá-las exclusivamente ao Poder Executivo.

PAGE
MERGEFORM
AT 9

Destarte, em razão dessa reserva, é defeso ao Poder Legislativo (ou quem exerça atipicamente a função legislativa) invadir o campo da execução de lei, próprio da Administração Pública. Noutros termos, não é possível, a pretexto de se exercer a função legislativa, a invasão do espaço da função administrativa, seja pela edição de leis de efeito concreto ou de caráter específico (destoando do caráter geral e abstrato dos atos legislativos), seja pela regulamentação legal minuciosa nos campos em que se requer maior margem de atuação da Administração – por atos abstratos ou mesmo concretos.

Logo, cumpre enfatizar ser ponto pacífico na doutrina, bem como na jurisprudência que, ao Poder Executivo cabe primordialmente a função de administrar, que se revela em atos de planejamento, organização, direção e execução de atividades inerentes ao Poder Público.



De outra banda, ao Poder Legislativo, de forma primacial, cabe a função de editar leis, ou seja, atos normativos revestidos de generalidade e abstração. Assim, o diploma impugnado, na prática, violou a prerrogativa do Chefe do Poder Executivo de análise da conveniência e oportunidade em matéria de gestão pública.

Portanto, quando a pretexto de legislar, o Poder Legislativo administra, editando leis que equivalem na prática a verdadeiros atos de administração, viola a harmonia e independência que deve existir entre os poderes estatais.

Desse modo, diante das considerações acima expendidas, forçoso é ter que contrariar a pretensão do ilustre proponente, ante a manifesta inconstitucionalidade do projeto de lei em análise.

IV – CONCLUSÃO:

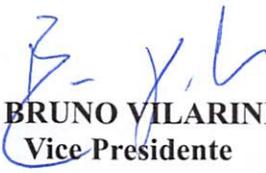
Desse modo, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final opina **CONTRARIAMENTE** à tramitação, discussão e votação do projeto de lei em referência, tendo em vista os fundamentos ora expostos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em 08 de julho de 2025.


Ver. **VENÂNCIO CARDOSO**
Relator

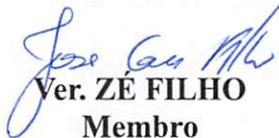
Pelas conclusões do Relator, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.


Ver. **BRUNO VILARINHO**
Vice-Presidente





**Ver. SAMUEL ALENCAR
Membro**



**Ver. ZÉ FILHO
Membro**

